



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- **ACTA N.º 17/2010** -----

-----Aos seis dias do mês de Julho do ano de dois mil e dez, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA**-----

**DOC. 1**

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 5 de Julho de 2010 cujo saldo disponível em receita orçamental é de **2.548.467,05 € (Dois milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e sete euros e cinco cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**ASSUNTOS**

**1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Esteve presente o Sr. Florentino Piedade Antunes, residente no lugar e freguesia de São Paio de Gramaços, que interveio questionando o Presidente da Câmara relativamente ao estado do processo de Revisão do PDM – Plano Director Municipal de Oliveira do Hospital, nomeadamente no que diz respeito às regras de construção na freguesia de São Paio de Gramaços, tendo aquele responsável referido que, como é do conhecimento público, trata-se de um processo muito moroso, que se arrasta há já alguns anos, e que iria procurar inteirar-se sobre o seu ponto de situação para posteriormente o informar sobre o seu estado dado que, de momento, não dispõe dessa informação.

**2 - ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**2.1 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA**-----

-----**2.1.1 – VOTO DE CONGRATULAÇÃO E LOUVOR**-----

-----O Vereador Paulo Rocha propôs à Câmara Municipal a aprovação de um voto de congratulação e louvor pelo êxito desportivo alcançado pelo piloto oliveirense Jorge Gouveia, que, em representação do TEAM NN Motos – Clubeseita-Husqvarna, se sagrou vencedor na Classe Verdes I, no Campeonato Nacional de Enduro, na prova que teve lugar no passado fim-de-semana,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

sublinhando que se trata de mais um êxito alcançado por pessoas oriundas do concelho, e neste caso, nascido e residente em Oliveira do Hospital. Realçou igualmente todo o empenho e dedicação dos restantes pilotos da equipa pelo facto de se encontrarem muito bem classificados nos respectivos escalões em que participam.-----

-----O Presidente da Câmara referiu subscrever a proposta apresentada pelo Vereador Paulo Rocha, colocando-a à votação. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta, tendo o Vereador Mário Alves realçado ainda o facto de se tratar de um êxito pessoal que nada tem a ver com a autarquia, ou seja, em que não há subsídio-dependência.**-----

**2.1.2 – “I JORNADAS DE EMPREGABILIDADE” - AFIRMAÇÕES PRODUZIDAS PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

-----O Vereador Paulo Rocha referiu-se às afirmações produzidas pelo Sr. Presidente da Câmara, aquando das “I Jornadas da Empregabilidade”, referentes ao número de pessoas que trabalham para o Município de Oliveira do Hospital, sublinhando que “julgo eu que é a segunda vez que leio nos meios de Comunicação Social que “alegradamente”, o Sr. Presidente da Câmara terá afirmado que “a Câmara Municipal tem gente a mais, só que neste momento não posso lançar mais gente no desemprego”. Disse ainda considerar que, a corresponderem à verdade, as afirmações do Presidente da Câmara, na sua opinião, não revelam coerência com aquilo que têm sido algumas atitudes do executivo em permanência, desde a sua tomada de posse. Disse igualmente estar a referir-se ao acordo celebrado com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, que permitiu a ocupação de mais de cinco dezenas de desempregados, em situação de POC, uma decisão que foi tomada pelo executivo em permanência logo a seguir à sua tomada de posse, bem como o Mapa de Pessoal, aprovado em reunião da Câmara Municipal, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2010. Entende assim existir alguma falta de coerência, entre aquilo que considera serem atitudes, e aquilo que “alegradamente” é o discurso do Sr. Presidente da Câmara em relação ao número de trabalhadores da Câmara Municipal. -----

-----Sobre o assunto, o Presidente esclareceu que as afirmações que produziu aquando das “I Jornadas da Empregabilidade”, relativamente aos 53 POC’s contratados através de protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e o Instituto do Emprego e Formação Profissional de Arganil, foram bem claras, sublinhando que “toda a gente percebeu nitidamente que não era por uma questão de funcionamento da Câmara, mas sim para agilizar alguns processos”. Reconhece no entanto que na área administrativa poderá efectivamente existir pessoal a mais, o que, na sua opinião, já não acontece ao nível dos serviços externos, reconhecendo que em alguns dos sectores precisam de mais funcionários. Lembrou contudo que, neste momento, os serviços já estão a trabalhar na elaboração de uma nova reestruturação dos serviços, a qual terá que ser aprovada até ao dia 31 de Dezembro de 2010. Lembrou igualmente que o referido Protocolo visava essencialmente a definição da participação da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital na implementação das medidas adoptadas pelo Governo, para melhorar os níveis de empregabilidade, estimular a (re)inserção no mercado de trabalho e melhorar a qualidade do emprego, nomeadamente no âmbito da “Iniciativa para o Investimento e o Emprego”, salientando que alguns dos POC’s foram distribuídos pelas Freguesias do concelho. -----

-----Dirigindo-se ao Vereador Paulo Rocha disse-lhe ainda que visse todo este processo numa perspectiva de dinâmica de reestruturação dos serviços, sublinhando que “aquilo que era necessário numa determinada época, não é necessário noutra”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**2.1.3 – INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA ÚLTIMA SESSÃO DAQUELE ÓRGÃO** -----

-----O Vereador Paulo Rocha referiu-se igualmente à intervenção do Sr. Presidente da Assembleia Municipal durante a última sessão daquele órgão, que teve lugar no passado dia 26 de Junho, e da qual teve conhecimento através dos meios da Comunicação Social, pois, como referiu, não pôde estar presente na mesma em virtude de se encontrar no gozo das suas férias. Disse existirem aspectos sobre os quais não se iria pronunciar por entender que não merecem quaisquer comentários, nomeadamente as regras sobre a disposição dos lugares e a compra ou não da viatura da autarquia, em relação ao que já se financiou. Quanto ao dinheiro gasto em foguetório no ano de 2009, referiu que os vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata PPD/PSD iriam aguardar pela apresentação das contas do ano de 2010 para depois se pronunciarem relativamente a essa questão. Entende no entanto que deve pronunciar-se em relação àquilo que, alegadamente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal terá dito com base numa posição que transmitiu numa reunião da Câmara Municipal. Esclareceu que “aquilo que eu fiz, foi apreciar politicamente, emitir uma opinião, sobre uma intervenção de um eleito local”. Prosseguiu referindo “que eu me lembre vivo num Estado de direito democrático desde o dia 25 de Abril, e portanto, não me parece muito lógico que um eleito local, que tem tanta legitimidade como o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para poder falar sobre os assuntos que assim o entenda, o não possa fazer, porque “alguém”, e neste caso, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, entende que isso é uma questão de censura e que não admite que nenhum membro da Câmara Municipal censure os membros da Assembleia Municipal”. Esclareceu ainda que “eu não censurei ninguém, apenas emití um juízo de opinião, sobre algo que foi dito pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. E portanto, nem no passado, nem no presente, nem no futuro, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ou alguém, me irá limitar naquilo que é o meu direito de emitir opiniões sobre aquilo que eu entenda. E isto que fique devidamente claro”. Mais referiu que “em relação à possível moção de censura, a apresentar ou não, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, também não vou tecer quaisquer comentários sobre o assunto”. Esclareceu no entanto que não poderia deixar de fazer esta nota, porque, como referiu, lhe parece que algo vai mal quando alguém diz aquilo que “alegadamente” foi dito na última sessão da Assembleia Municipal. -----

-----O Presidente da Câmara disse ter uma opinião própria sobre o assunto, mas entende que não deve pronunciar-se sobre o mesmo. Manifestou no entanto o desejo de que os Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata – PPD/PSD aceitassem sentar-se juntamente com o executivo em permanência na mesa da Assembleia Municipal, lembrando que assim teriam toda a oportunidade e legitimidade de poder defender a sua honra face a qualquer intervenção, quer do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, quer de qualquer outro deputado com assento naquele órgão. Disse ainda reconhecer e apreciar a actuação dos senhores vereadores da oposição ao longo deste mandato, agradecendo toda a colaboração prestada até agora. -----

-----O Vereador Mário Alves tomando uso da palavra referiu que “na minha honra não me atinge quem quer, só me atinge quem eu quero. E portanto, quanto às questões e à intervenção, eventualmente, proferida por alguém na Assembleia Municipal, apenas um registo “sem comentários””. -----

**2.1.4 – APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador Paulo Rocha, ao abrigo do nº 2 e do artº 3º, e do nº 1 do artº 4º da Lei nº 24/98, de 26 de Maio – Estatuto do Direito da Oposição, apresentou ao Presidente da Câmara o seguinte requerimento: -----

-----“Ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição venho requerer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, na qualidade estatutário de Presidente da Direcção da ADEPTOLIVA – Associação para o Desenvolvimento do Ensino Profissional dos Concelhos de Tábua, Oliveira do Hospital e Arganil, entidade da qual o Município de Oliveira do Hospital é associado fundador, que por escrito me seja fornecida informação detalhada e actualizada sobre o ponto de situação de dois processos despoletados durante o período coincidente com o mandato autárquico 2005 a 2009, em que desempenhei funções na ADEPTOLIVA, designadamente movido por esta contra o Sr. António dos Santos Lopes, e sobre o que corria trâmites no Tribunal do Trabalho, promovido pelo Sr. Dr. Fernando Brito. Mais solicito que me sejam fornecidas cópias de todos os documentos que constam dos respectivos processos, e que justifiquem a sua situação actual.”-----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara deu conta de que fará chegar ao Vereador Paulo Rocha toda a documentação solicitada. -----

**2.2 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ CARLOS MENDES-----**

**-----2.2.1 – REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----**

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu que aos vereadores eleitos pelo Oliveira do Hospital Sempre – OHS, lhes apraz o facto de verificarem que da presente Ordem do Dia constam para análise e discussão os pontos relacionados, quer com a ESTGOH – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, cedência de terreno e construção de instalações, quer com a Proposta de Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, por considerarem tratar-se de duas questões fundamentais e estruturantes para o bom desenvolvimento do concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----Considera no entanto que o desenvolvimento do concelho de Oliveira do Hospital não passa apenas por estes dois pontos, mas sim por muitos outros, tais como o Ensino, nomeadamente com o Ensino Básico e Secundário. Disse ainda reconhecer que o executivo em permanência se tem centrado na eventual construção do Centro Educativo de Nogueira do Cravo, mas compreende que tudo isso tem que ter por base a Revisão da Carta Educativa do concelho de Oliveira do Hospital, questionando o Presidente da Câmara relativamente ao estado do referido documento, ou seja, se está a ser feita, e em caso afirmativo, se estão a ser consideradas as regras definidas pelo Governo com vista à criação dos Mega-Agrupamentos.-----

-----No que diz respeito à ESTGOH, o Presidente da Câmara deu conta que a Câmara Municipal está, neste momento, a desencadear todos os procedimentos necessários com vista à elaboração do respectivo projecto de arquitectura para a construção das novas instalações da Escola. Registou ainda o seu agradecimento ao Presidente da CCDRC – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Centro, Prof. Alfredo Marques, o qual tem colaborado com a Câmara Municipal na preparação de todo o processo para efeitos de análise por parte daquela entidade, numa pré-candidatura. Disse ainda desconhecer o montante de financiamento que será concedido caso a candidatura venha a ser aprovada, mas, prevendo-se que seja de 80%, o Município de Oliveira do Hospital assumirá o compromisso dos restantes 20%, dado que o Ministério do Ensino Superior já informou a Câmara Municipal de que não comparticipará com a parte restante. Garantiu no entanto que as novas instalações da Escola serão construídas no terreno que foi adquirido pela



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Câmara Municipal para o efeito. Reconhece que “não será a mesma escola que foi candidatada para Lagares da Beira, que tinha uma visão de dois mil alunos”, mas, como explicou, tendo em vista a sua viabilidade pelo POVT, não poderia ultrapassar entre os 3 milhões/ 3 milhões e meio de euros.

-----No que se refere aos Mega-Agrupamentos disse que a sua opinião sobre o assunto tem sido muito clara, discordando da forma como o Governo tratou de todo o processo, razão pela qual se tem manifestado contra a sua criação.-----

-----Sobre a Carta Educativa explicou que, segundo informação da Directora Regional de Educação do Centro, caso a Câmara Municipal pretenda construir o Centro Educativo de Nogueira do Cravo, não poderá avançar com a revisão daquele documento, uma vez que se trata de um processo muito moroso, tendo no entanto aconselhado a que seja criado um documento de estudo a anexar à Carta Educativa. Lembrou que o processo de Revisão da Carta Educativa é muito complexo, entendendo assim que a Câmara Municipal não deve precipitar-se quanto à sua elaboração. -----

-----O Vereador Mário Alves tomando uso da palavra referiu que “no que diz respeito à ESTGOH “sem comentários”. Disse ainda que, tratando-se de um assunto que faz parte da presente Ordem do Dia, esperava que o Presidente da Câmara falasse sobre o mesmo nessa altura. Mais referiu que “o executivo anterior procurou, com a ESTGOH, colmatar o problema de um “elefante branco” que existe no concelho, e que foi feito em tempos idos na década dos anos 90”. Prosseguiu referindo que “quando o anterior executivo apresentou esse projecto, apresentou-o também, curiosamente, com a anuência prévia do Sr. Presidente da CCDRC, o Sr. Prof. Dr. Alfredo Marques, e com a anuência do Sr. Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, entidade responsável pela elaboração do projecto, na sequência de uma reunião tida com vista à articulação de todo processo, e sobre o qual decidiu não dar conhecimento em reunião do executivo até ser tomada uma decisão. Entende assim que se gastava menos com esse processo do que eventualmente se vai gastar com uma construção de raiz, lembrando que os três milhões e meio de euros, face aos custos que hoje existem na área da construção, na sua opinião, não são suficientes para construir umas instalações desta natureza, atendendo à necessidade da existência de espaços específicos. Lembrou igualmente que “curiosamente, relativamente ao projecto do anterior executivo o Sr. Ministro do Ensino Superior, que é o mesmo, nem sequer se dignou a emitir um parecer. Parecer esse que era obrigatório para fazer parte do processo. E portanto, espero sinceramente, e desejo, para bem do concelho de Oliveira do Hospital e desta região da Beira Serra, que agora, não sejam tomados o mesmo tipo de procedimentos, ou seja, que isto efectivamente tenha pernas para andar. Como disse para bem do concelho e para bem da Região da Beira Serra.” -----

-----No que concerne ao Centro Educativo de Nogueira do Cravo, disse esperar que, também nesta situação, não se esteja a partir para mais um pequeno “elefante branco”, sublinhando que “sabendo nós dos números de alunos que temos hoje nos Agrupamentos de Escolas do concelho, que tipo, e que qualidade de ensino é que vamos dar aos nossos jovens quando começar a surgir apenas uma turma de cada ano escolar”. Entende assim que, aquilo que é necessário fazer, é um novo estudo relativamente à Carta Educativa, para que alunos, eventualmente de Santa Ovaia, Galizes, e Senhor das Almas, possam ir para o Agrupamento de Escolas do Vale do Alva, e fazer aproveitamento do equipamento que lá existe. Disse ainda reconhecer que “isto vai, eventualmente, criar alguns problemas e inviabilizar, claramente, um novo Centro Educativo em Nogueira do Cravo”. Disse igualmente fazer esta referência, pois espera que não se ande a gastar dinheiro público em pequenos ou grandes “elefantes brancos” que de futuro, na sua opinião, não terão qualquer tipo de utilização. -----

-----Lembrou ainda que, até à data, o Sr. Presidente da Câmara ainda não lhe entregou a listagem dos proprietários dos terrenos necessários à execução da estrada de Aldeia das Dez, ao que aquele





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

responsável referiu estar convicto de que o referido documento já lhe teria sido entregue, sublinhando no entanto que, se não foi, fará com que lhe seja entregue o mais brevemente possível.

-----O Presidente da Câmara dirigindo-se ao Vereador Mário Alves disse reconhecer que existem efectivamente algumas diferenças na forma de actuação entre os dois executivos relativamente à construção das novas instalações da ESTGOH. Lembrou no entanto que a candidatura que foi preparada pelo anterior executivo estava direccionada para dois mil alunos e custava dez milhões de euros, salientando que, hoje, perspectiva-se que a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital não ultrapassará os mil alunos. Considera assim existir uma redução em termos de infraestruturas. Mais referiu que, na sua opinião, a viabilidade da escola são precisamente estes números. Lembrou também que “hoje a construção está mais barata em termos de candidatura, do que há dois ou três anos, face ao grau de concorrência existente nesta área”. Esclareceu ainda que no entendimento dos responsáveis pelo Instituto Politécnico de Coimbra, a Escola Superior não deveria ficar ligada às instalações de uma incubadora de empresas, garantindo que brevemente a situação da ACIBEIRA também será resolvida. -----

-----Relativamente ao Centro Educativo de Nogueira do Cravo disse não ter percebido se o Sr. Vereador Mário Alves é ou não a favor da sua construção, justificando a sua construção na necessidade da melhoria de condições para os alunos que eventualmente irão usufruir daquele espaço. Disse ainda acreditar que, face à sua proximidade com a cidade de Oliveira do Hospital, pensa que este Centro Educativo terá o seu futuro assegurado em termos de frequências. -----

-----Os Vereadores eleitos pelo Oliveira do Hospital Sempre - OHS declararam que, no que diz respeito à ESTGOH, sempre defenderam como prioridade a construção de uma nova Escola, que à semelhança daquilo que têm sido as afirmações do Sr. Presidente, entendem ser uma prioridade para o concelho de Oliveira do Hospital. Referiram ainda considerar que, caso não se avance com a construção das novas instalações da escola, o Município poderá vir a perder esta instituição de Ensino Superior, a qual reconhecem ser fundamental para o desenvolvimento, quer do concelho, quer da zona em que estamos inseridos. Declararam igualmente serem defensores que a sua construção se faça na cidade de Oliveira do Hospital no terreno que foi adquirido pela Câmara Municipal para o efeito. Entendem assim que a posição ora assumida pelo executivo em permanência é a mais correcta, manifestando o seu desejo de que tenham sucesso nas negociações que têm estado a encetar para que a construção da nova Escola seja efectivamente uma realidade. Referiram ainda que, perante a estatística do número de alunos que frequentam a Escola, acreditam que a mesma venha a ter futuro no concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----Sobre a construção do Centro Educativo de Nogueira do Cravo sugeriu ao Presidente da Câmara que promova a realização de uma reunião entre o executivo da Câmara Municipal, os Agrupamentos de Escolas, nomeadamente o Brás Garcia de Mascarenhas e do Vale do Alva, e os Presidentes de Junta de Freguesia que possam vir a ser envolvidos na reorganização que se pretende fazer com a construção daquele Centro Educativo, de maneira a que, cada um, com conhecimento da documentação existente, possa ter a convicção de que se está a fazer o melhor para o concelho, e que não se vai criar qualquer “elefante branco”. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que já foram ouvidos um conjunto de parceiros neste processo, nomeadamente os responsáveis pelos Agrupamentos de Escolas envolvidos, na tentativa de perceber qual é que era a opinião deles relativamente a esta questão. -----

-----Ainda sobre o assunto, o Vereador Mário Alves clarificou que aquilo que está em causa nesta discussão é saber se o concelho quer gastar mais dinheiro a fazer obras para amanhã ter mais um “elefante branco”, ou se quer rentabilizar o equipamento já existente, que tem todas as condições para o efeito, e que já na altura custou meio milhão de contos. Entende assim que “é preciso ponderar muito bem a utilização dos dinheiros que saiem do bolso dos Portugueses e neste



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

caso dos oliveirenses”. Disse igualmente que “é preciso ter a clara noção e consciência do que está sobre a mesa e deixarmo-nos das teoria do “querer fazer novo para mostrar que fizemos”, não, temos que primeiro reutilizar e rentabilizar aquilo que já temos”.-----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que neste momento o executivo em permanência entende que o Centro Educativo de Nogueira do Cravo será um equipamento com futuro em termos de alunos, salientando que foi nessa base que o estudo foi elaborado. -----

-----No seguimento da intervenção do Vereador Mário Alves, o Vereador José Carlos Mendes lembrou que muitas vezes a reconstrução de uma obra fica mais cara do que se for feita de novo, sublinhando que “tendo em conta as condições em que se encontra actualmente a ACIBEIRA, principalmente o auditório, teria que ser sujeita a grandes modificações”. Quanto ao Centro Educativo de Nogueira do Cravo reiterou a sua proposta por considerar fundamental que, numa primeira fase, haja diálogo entre todos os intervenientes no sentido de averiguar da sua sensibilidade sobre o assunto. -----

-----Sobre o assunto, o Vereador Mário Alves lembrou que, quando fala, fala sobre aquilo que pensa em relação aos assuntos de relevância para o concelho, sublinhando que quando intervém, fá-lo na defesa dos interesses dos oliveirenses. Lembrou igualmente que as instalações da ACIBEIRA, em Lagares da Beira, foram construídas com dinheiros públicos, de Quadros Comunitários, e do Estado Português, estão ali empatados mais de um milhão de contos, investimento esse sem fim à vista. Entende assim que quem governa tem que pensar na rentabilidade do seu património, seja ele edificado, natural ou arqueológico. -----

-----O Presidente da Câmara concluiu referindo que, no que diz respeito à cedência de terreno para construção das instalações da ESTGOH irá ser elaborado um Protocolo, o qual será posteriormente apresentado em reunião da Câmara Municipal para análise e aprovação. -----

### **3 - ORDEM DO DIA**-----

#### **3.1 – ESTGOH – CEDÊNCIA DE TERRENO E CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES**-----

-----No seguimento das explicações tecidas pelo Presidente da Câmara, no período Antes da Ordem do Dia, a Câmara Municipal tomou conhecimento relativamente à candidatura a apresentar pelo executivo em permanência a fundos comunitários visando a construção das novas instalações da ESTGOH , e que em caso de aprovação implicarão a celebração de um protocolo a apresentar em reunião da Câmara Municipal. -----

#### **3.2 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO SENTIDO DA VIA COMPREENDIDA ENTRE A RUA PROF. ANTÓNIO GARCIA DE VASCONCELOS E O ACESSO PROVENIENTE DA PRACETA CID TELLES EM OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----O Presidente da Câmara fez a seguinte proposta:-----

-----“Nos termos da alínea u) do nº 1 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, proponho que a Câmara Municipal delibere que o sentido da via compreendida entre a Rua Prof. António Garcia de Vasconcelos e o acesso proveniente da Praceta Cid Telles, na cidade de Oliveira do Hospital - **parque de estacionamento junto à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital** - passe a fazer-se apenas em sentido descendente.”-----

-----Depois de analisada, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**3.3 - PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL --**  
**D.S.T./DOC.2**

-----Presente a proposta de Revisão ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, documento que por ser extenso se dá por inteiramente reproduzido, ficando a fazer parte integrante desta acta, a qual, a pedido do Presidente da Câmara foi apresentada pela Arquitecta Alexandra Henriques, técnica responsável pela sua elaboração. -----

-----Depois de apresentada a referida proposta e tecidas as explicações devidas, concluiu-se que o documento em apreço prevê a criação de 11 lotes de terreno destinados a investimento empresarial no concelho de Oliveira do Hospital, visando essencialmente a resolução definitiva de um conjunto de situações que têm vindo a impedir a instalação de outras empresas naquele espaço.

-----O Vereador Paulo Rocha tomando uso da palavra referiu-se ao tempo de execução do Plano em causa, lembrando que o “arranque da revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial foi deliberado em reunião da Câmara Municipal de 8 de Junho de 2007, ou seja, há já três anos”. Lembrou igualmente que, na sequência de uma reunião realizada na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital foi informada de que “se tudo corresse bem, este era um processo para 12 meses”, situação que, como referiu, poderá ser confirmada pela Sra. Arquitecta Alexandra, uma vez que também esteve presente na dita reunião. Explicou ainda que, perante algumas dúvidas, a Arquitecta Alexandra, no dia seguinte entrou em contacto com aquela entidade para solicitar esclarecimentos, tendo sido informada que o prazo de execução havia aumentado de um dia para o outro, em mais seis meses, sublinhando que “com tudo isto já lá vão três anos”. Recordou no entanto que a CCDRC, na altura, se recusava a aprovar a revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital se o mesmo não contemplasse a resolução do problema de uma unidade empresarial instalada a Norte do limite da revisão daquele plano, condição que exigia como necessária à sua aprovação. Mais referiu que, pelo que agora pôde constatar, através dos documentos apresentados, a unidade empresarial em causa, fica excluída do referido limite. -----

-----A Arquitecta Alexandra Henriques explicou que o caso da unidade empresarial em causa irá agora ser equacionado no âmbito da revisão do Plano Director Municipal – PDM, por se verificar que foi construída em zona de reserva ecológica. -----

-----O Vereador Paulo Rocha lembrou tratar-se de uma questão que só não foi resolvida em tempo útil pelo facto da CCDRC ter comunicado, informalmente, que não aprovaria a revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, sem que esta situação fosse resolvida, processo que como referiu, decorreu sob o conhecimento do Vereador José Francisco Rolo. Manifestou no entanto a sua estranheza por tal situação estar agora ultrapassada. -----

-----O Presidente da Câmara referiu tratar-se de um processo que considera ser prioritário para o concelho de Oliveira do Hospital, lembrando que enquanto esta situação não for ultrapassada, a Câmara Municipal não poderá permitir a instalação de novas empresas naquele espaço industrial. Reconhece tratar-se de um processo complexo mas na sequência de contactos estabelecidos com a CCDRC foi o caminho que encontraram para poder legalizar aquela situação. -----

-----O Vereador Paulo Rocha lamentou o facto deste processo ter sido adiado ao longo de três anos pela CCDRC, e agora, “de um dia para o outro”, ter sido resolvido, só porque mudou um responsável desta instituição. -----

Sobre o documento em apreço disse respeitar as alterações efectuadas pelo actual executivo ao nível da edificação, embora não concorde com algumas delas, denotando no entanto algumas dúvidas em relação à previsão de apenas uma faixa de rodagem no arruamento que serve a Zona Industrial. ----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Interveio o Vereador Mário Alves que começou por referir que, na sua opinião, os documentos que instruem a proposta apresentada, ou seja, o relatório e o respectivo regulamento, são muito repetitivos, tecendo alguns comentários/reparos à mesma. Teceu igualmente algumas críticas pelo facto da proposta em causa não contemplar um plano de avaliação ambiental estratégico. Considera ainda que a forma como a proposta foi elaborada não é correcta, porque na sua opinião, ignora, à partida, o facto de, naquele espaço, existirem empresas com algum grau de poluição. Entende assim que a proposta apresentada está definitivamente elaborada e “aparece coxa” porque não tem qualquer suporte legal. -----

-----Prosseguiu fazendo referência à definição da altura das fachadas das unidades empresariais, sublinhando que, na sua opinião, poderia e deveria ser mantido o princípio dos 10 metros, uma vez que, no que diz respeito à reconstrução, ampliação e/ou alteração de uso do actual Ecocentro se prevê uma fachada de apenas 7 metros. Entende assim existir no mesmo documento uma visão muito diferenciada em termos de altura das fachadas. Quanto à possibilidade de emparcelamento de lotes prevista no respectivo regulamento, disse entender que, na sua opinião, deveria ser aumentada a área de construção para o efeito, um aspecto que considera importante e que deveria ser contemplado no referido documento. -----

-----Relativamente à propriedade horizontal verificou que o regulamento refere que “pode haver no máximo três unidades a laborar no mesmo espaço desde que compatíveis”, sublinhando que, na sua opinião, “três unidades é muita “coisa”. Prosseguiu referindo desconhecer se este limite tem ou não a ver com as situações lá existentes, lembrando no entanto que “essas situações estão ilegais e que aquilo que se pretende é regularizar, e neste caso nós também definimos as regras”. -----

-----Referiu-se igualmente à criação de zonas verdes e à criação de zonas de estacionamento em cada lote, lembrando no entanto que não é feita qualquer simulação para verificar se a área de construção permitida é ou não excessiva relativamente à área que tem de ficar disponível de impermeabilização, e bem assim a possibilidade de mobilidade dentro do espaço por instituições de segurança, tais como os Bombeiros, numa situação de emergência. Salientou ainda que “o plano de custos foi elaborado ‘ad-hoc’”, sublinhando que o documento em apreço não apresenta dados que justifiquem o valor da verba apresentada. Lembrou também que a “estimativa de investimento, não inclui, nem a movimentação de terras, nem o preço de custo dos terrenos necessários ao alargamento da Av. Calouste Gulbenkian”. Fez ainda referência à falta de criação de áreas verdes de protecção e de enquadramento em toda a área de extensão de alargamento da Zona Industrial, e bem assim de uma ETAR para tratamento de águas pluviais. Entende assim que a estimativa de custos que é apresentada “está feita muito por baixo”, sublinhando que os custos vão ser muito superiores aos estimados. -----

-----Interveio o Vereador José Carlos Mendes referindo que “os lotes que estão agora a ser propostos já deveriam estar desbloqueados há muito tempo, porque se assim fosse já lá estariam mais indústrias a funcionar”. Salientou ainda a necessidade de agilizar “ao máximo” todos os procedimentos necessários com vista à resolução desta situação, não colocando de parte a possibilidade de serem incluídas em plano as sugestões apresentadas pelo Vereador Mário Alves, mesmo que numa segunda fase. Congratulou-se com o facto deste documento ter chegado agora à fase de discussão, reafirmando que o mais importante, nesta fase, é que “esta situação seja resolvida o mais rapidamente possível”, defendendo a necessidade do plano prever que se contemplem as situações que se encontram irregulares. Entende ainda que a Câmara Municipal não pode apenas ter em conta este plano, mas considera que é necessário pensar em novas soluções pois, na sua opinião, só assim é que Oliveira do Hospital terá futuro, ou seja, criando mais condições para que haja mais investimento no concelho. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador Mário Alves lembrou ainda que o documento que hoje for aprovado terá que ser o documento final para evitar sucessivas alterações, frisando que as questões legais são muito importantes para evitar situações de ilegalidade, à semelhança do que aconteceu no passado. Entende assim que, tão importante quanto a revisão do Plano de Pormenor, ou seja, do acréscimo de lotes na Zona Industrial, é a legalização das indústrias que lá se encontram em situação irregular.

-----Por último, referiu que deve ser criado/incluído um artigo de “excepção” no Regulamento que permita a regularização das situações existentes.-----

-----O Vereador José Carlos Mendes esclareceu que quando se referiu à “agilização de procedimentos” não disse que se “cometessem ilegalidades para se poder aprovar este plano”.-----

-----O Vereador José Francisco Rolo lembrou tratar-se de um assunto que na sua opinião ainda deveria unir e motivar todos os membros do executivo por ser “um velho anseio” da Câmara Municipal. Mais referiu, manifestando “o reconhecimento pelo trabalho técnico efectuado, a celeridade e o vigor colocado no desenvolvimento do projecto de ampliação da Zona Industrial, bem como agradecerem-se todos os contributos e sugestões dadas, que creio, podem ser equacionadas tecnicamente. No essencial relevo: são onze novos lotes industriais, 2.300.000 euros de investimento, este é um primeiro estímulo à actividade empresarial que urge ser posto em marcha.” Salientando ainda que o plano de pormenor em análise terá que ainda ser objecto de avaliação por parte da CCDRC.-----

-----O Presidente da Câmara colocou a presente proposta à votação, salientando que “existem vários empresários interessados em investir no concelho de Oliveira do Hospital, pelo que o concelho não pode estar mais tempo à espera que se tome uma decisão”. -----

**-----Analizada a mesma, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de revisão ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital com as alterações propostas. -----**

**3.4 - SITUAÇÃO SOCIAL DE EMERGÊNCIA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO-----**

**D.A.G.F/Proc.53/4/Doc.3**

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº. 3 do artigo 68º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação do seu despacho, datado de 29 de Junho de 2010, que determinou a atribuição de um subsídio de 1.000,00 € (Mil euros) ao casal Paulo Jorge Faria Lopes e Maria Helena Costa Dias, em virtude da sua habitação ter ardido na sequência de um incêndio, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----**

**3.5 - LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE: -----**

**-----3.5.1 - FÉRIAS DELICIOSAS, UNIPessoal LDA. -----**

**D.A.G.F./Proc.47/9**

-----Requer autorização para colocação de uma placa publicitária, com face única, e de um reclamo luminoso, com duas faces, no seu estabelecimento, sito na Rua Engº Adelino Amaro da Costa, em Oliveira do Hospital.-----

**-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----**

**3.6 - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS: -----**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**-----3.6.1 - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE PENALVA DE ALVA-----**

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da presente Ordem do Dia por verificar que o mesmo não necessita de reconhecimento expresso por deliberação da Câmara Municipal nos termos do disposto no nº 1, do artº 8º, do Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Oliveira do Hospital.-----

**-----3.6.2 - IRMANDADE DE SÃO PEDRO - TRAVANCA DE LAGOS-----**

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da presente Ordem do Dia por verificar que o mesmo não necessita de reconhecimento expresso por deliberação da Câmara Municipal nos termos do disposto no nº 1, do artº 8º, do Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Oliveira do Hospital.-----

**-----3.6.3 - SOCIEDADE DE RECREIO E CULTURA DOS POVOS DE GALIZES E VENDAS DE GALIZES-----**

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da presente Ordem do Dia por verificar que o mesmo não necessita de reconhecimento expresso por deliberação da Câmara Municipal nos termos do disposto no nº 1, do artº 8º, do Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Oliveira do Hospital.-----

**3.7 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS: -----**

**A) INSTITUIÇÕES: -----**

**-----A-1) COOPERATIVA DOS AGRICULTORES DE ALVOCO DAS VÁRZEAS-----**

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Cooperativa dos Agricultores de Alvoco das Várzeas, um subsídio no montante de **3.000,00 € (Três mil euros)** como apoio à promoção das actividades a levar a efeito por aquela Cooperativa.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

**B) AUTARQUIAS: -----**

**-----B-1) FREGUESIA DE ERVEDAL DA BEIRA -----**

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Ervedal da Beira, um subsídio no montante de **2.000,00 € (Dois mil euros)**, como apoio à realização do evento denominado “Aqui à Festa”. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----**B-2) FREGUESIA DE LOUROSA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Lourosa, um subsídio no montante de **24.910,00 € (Vinte e quatro mil, novecentos e dez euros)**, como apoio à construção de bar, casas de banho e fossa junto ao Campo de Futebol, naquela freguesia. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.** -----

-----**B-3) FREGUESIA DE SEIXO DA BEIRA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Seixo da Beira, um subsídio no montante de **3.500,00 € (Três mil e quinhentos euros)**, como apoio à realização da feira anual Nossa Sra. da Estrela e da IV Feira Tradicional do Pão, Bolos e Bolas, que terão lugar no dia 18 de Julho do corrente ano. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.** -----

**3.8 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----**3.8.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----

D.S.T./DOC.4

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 18 de Junho e 1 de Julho de 2010, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----O Vereador Mário Alves solicitou ao Presidente da Câmara autorização para consultar alguns dos projectos constantes na listagem anexa à presente acta, solicitação que foi aceite por aquele responsável. -----

**3.9 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:**-----

-----**3.9.1 - MAPA DE TRANSPORTES**-----

D.A.G.F./DOC.5

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 23 de Junho e 5 de Julho de 2010, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

-----**3.9.2 - MOSTRA DE PRODUTOS BIOLÓGICOS E AGRÍCOLAS DA NOSSA TERRA - NORMAS DE FUNCIONAMENTO**-----

D.A.G.F./DOC.6



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador José Francisco Rolo deu conhecimento à Câmara Municipal das Normas de Funcionamento que serviram de base na organização e funcionamento da Mostra de Produtos Biológicos e Agrícolas designado “Da Nossa terra”, que teve lugar no passado dia 4 de Julho do corrente ano, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. Deu ainda conta que neste evento estiveram trinta e dois expositores presentes, sendo que 10 eram produtores biológicos certificados, dois mistos, com e sem produtos biológicos certificados, e os restantes eram produtores de agricultura familiar do concelho. Mais informou que foi feito um inquérito de avaliação, quer aos visitantes, quer aos produtores, tendo a apreciação global sido positiva. Mais referiu que depois de instados relativamente à possibilidade de manter esta feira, e da informação que lhe foi feita chegar, há pessoas que defendem a sua realização semanalmente, e outras que preferem que seja mensal. Disse reconhecer que o mais razoável é que a mesma se realize mensalmente, considerando no entanto que se trata de uma questão que, na sua opinião, poderá ser analisada em reunião de executivo, depois de recolhidos e analisados todos os inquéritos e bem assim depois de reunir com os respectivos vendedores a fim de dialogarem relativamente à melhor data para a sua realização. Informou ainda que esta iniciativa resultou de uma parceria estabelecida entre o município de Oliveira do Hospital e o Contrato Local de Desenvolvimento Social, a ADI e a CAULE, e visa essencialmente incentivar a prática da actividade agrícola como fonte geradora de rendimentos suplementares. Mais referiu que esta 1ª Mostra foi um sucesso e que na sua opinião tem muitas possibilidades para vingar no futuro. -----

-----Analisado o assunto, entre várias intervenções dos Senhores Vereadores, o Vereador Mário Alves disse considerar que, para além do grau de satisfação alcançado, é também importante averiguar junto dos produtores/vendedores se compensa ou não “o benefício tirado por eles próprios”, face às despesas tidas. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes disse igualmente considerar importante que a Câmara Municipal, previamente, promova uma acção de sensibilização junto dos produtores/vendedores no sentido de os alertar de que devem efectivamente apresentar produtos de qualidade. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo informou igualmente que as despesas de montagem da feira foram divididas entre o orçamento municipal, e o orçamento do Contrato Local de Desenvolvimento Social, o qual é financiado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**4 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES:** -----

**-----4.1 - PROGRAMA DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1º CEB - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE LAGARES DA BEIRA-----**

**D.A.G.F./Proc.29/15**

-----No âmbito do Programa de Generalização do Ensino Inglês nos 3º e 4º anos e de outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB e de acordo com a informação elaborada pelos serviços, o Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que atribua ao Agrupamento de Escolas de Lagares da Beira, um subsídio no montante de **2.581,52 € (Dois mil quinhentos e oitenta e um euros e cinquenta e dois cêntimos)** a título de comparticipação nos custos com o pagamento de horas lectivas de actividades de enriquecimento curricular relativas ao 3º período do presente ano lectivo. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**-----4.2 - PROGRAMA DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR  
NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO ANO LECTIVO 2010/2011 - CONTRATOS  
POGRAMA -----**

**D.A.G.F/DOC.7**

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 68.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação do Acordo de Colaboração, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, celebrado entre o Município de Oliveira do Hospital e os Agrupamentos de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, Cordinha, Lagares da Beira, e Vale do Alva, no âmbito do Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, subscrito no passado dia 30 de Junho do ano em curso. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

**5 - OUTROS ASSUNTOS:-----**

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos: -----

**-----5.1 – CONCURSO PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO – ENSINO  
SUPERIOR - APROVAÇÃO DE LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA -----**

**D.A.G.F/DOC.8**

----- Na sequência da deliberação camarária de 20 de Abril de 2010, e tendo terminado o prazo de Audiência Prévia, a Câmara Municipal de acordo com a informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, aprovar a Lista de Classificação Definitiva, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, relativa ao Concurso para Atribuição de Bolsas de Estudo (Ensino Superior), que, por não ter havido qualquer reclamação ou recurso, deverá manter as decisões contidas e publicadas na Lista de Classificação Provisória. -----

**----- 5.2 – SERRA DO AÇOR – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL –  
ADESA - REUNIÃO DE DIRECÇÃO -----**

**D.A.G.F./Procº42/14**

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara o ofício n.º 308/10, de 1 de Julho, remetido pela entidade acima mencionada, tendo a Câmara Municipal, sob proposta daquele responsável, deliberado, por unanimidade, aumentar a sua quota mensal a transferir para a Serra do Açor – Associação de Desenvolvimento Regional - ADESA, de 3.000,00 € (Três mil euros) para 4.000,00 € (Quatro mil euros), com efeitos a partir de 1 de Julho do corrente ano. -----

-----Foi igualmente deliberado autorizar o pagamento antecipado das quotas correspondentes ao segundo semestre. -----

**-----DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR MÁRIO ALVES -----**

-----O Vereador Mário Alves declarou votar favoravelmente, manifestando o seu desejo de que este aumento de quota vá efectivamente resolver os problemas daquela associação, pois sabe que há municípios que continuam a não cumprir com as suas responsabilidades financeiras para com a Serra do Açor – Associação de Desenvolvimento Regional – ADESA. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**----- 5.3 – CENTRO DE SAÚDE DE OLIVEIRA DO HOSPITAL – APOIO NA CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE DOENTES ALCOÓLICOS TRATADOS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----**

-----Considerando um conjunto de questões levantadas sobre o assunto em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e sob proposta do Presidente da Câmara, retirar este ponto da presente Ordem do Dia a fim de reunir informação mais detalhada sobre o mesmo. -----

**----- 5.4 – MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL – FESTAS DO CONCELHO 2010-----**

**D.A.G.F./Proc.47/9**

-----Requer autorização para proceder à divulgação na área do Município de Oliveira do Hospital das “Festas do Concelho 2010”, a levar a efeito pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal, dando conta que a publicidade relativa ao evento decorrerá a partir do dia 1 de Julho de 2010, através dos diferentes meios de divulgação. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

**-----5.5 – ASSOCIAÇÃO CULTURAL DA FREGUESIA DE SEIXO DA BEIRA -----**

**D.A.G.F./Proc.53/4**

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação dos Jovens de Meruge (entidade proprietária do palco), um subsídio no montante de **250,00 € (Duzentos e cinquenta euros)** a título de comparticipação nos custos decorrentes da montagem de um palco de madeira na freguesia de Seixo da Beira para ser utilizado pela Associação Cultural daquela freguesia, aquando da realização do Festival Folclórico a levar a efeito por aquela associação no próximo dia 17 do corrente mês de Julho. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

**-----5.6 - ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----**

**D.A.G.F/Proc.53/4**

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a atribuição do subsídio anual à Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital no montante de **37.500,00 € (Trinta e sete mil e quinhentos euros)**, sendo **25.000,00 € (Vinte e cinco mil euros)** como apoio à realização de despesas de investimento e **12.500,00 € (Doze mil e quinhentos euros)** como comparticipação nas despesas correntes. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

**-----5.7 - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LAGARES DA BEIRA -----**

**D.A.G.F/Proc.53/4**

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a atribuição do subsídio anual à



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira no montante de **37.500,00 € (Trinta e sete mil e quinhentos euros)** sendo **25.000,00 € (Vinte e cinco mil euros)** como apoio à realização de despesas de investimento e **12.500,00 € (Doze mil e quinhentos euros)** como comparticipação nas despesas correntes. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.** -----

----- **5.8 – VOLTA A PORTUGAL EM BICICLETA** -----

**D.A.G.F**

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal que a 8ª etapa da 72ª edição da Volta a Portugal vai ter início em Oliveira do Hospital no próximo dia 13 de Agosto, sublinhando que existem alguns pormenores, nomeadamente de carácter financeiro que ainda estão por acordar. Disse ainda considerar que se trata de um evento de grande relevância em termos de promoção/divulgação do concelho de Oliveira do Hospital, salientando que a sua organização decorrerá no novo espaço da feira bi-mensal e que as estradas do concelho definidas como percurso para a passagem dos ciclistas só irão estar encerradas durante o tempo estritamente necessário para o efeito. -----

----- Sobre o assunto, interveio o Vereador Mário Alves referindo que “quando o assunto for presente à Câmara Municipal, pronunciar-me-ei sobre esta matéria”. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

----- **5.9 – EQUIPA DE JUVENIS DO FUTEBOL CLUBE DE OLIVEIRA DO HOSPITAL NA “FINAL-FOUR” DO CAMPEONATO NACIONAL DE HÓQUEI EM PATINS – VOTO DE CONGRATULAÇÃO E LOUVOR** -----

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a aprovação de um voto de congratulação e louvor pelo empenho desportivo da equipa de juvenis do Futebol Clube de Oliveira do Hospital na “Final-Four” do Campeonato Nacional de Hóquei em Patins, a qual, apesar de não ter conseguido alcançar o objectivo pretendido, o deixaram muito orgulhoso, quer pela forma como actuaram naquele campeonato, quer pela forma dignificante como representaram o concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.** -----

----- Ainda sobre este assunto, o Vereador Mário Alves disse entender que “se aqueles jovens atingiram o patamar que têm hoje, foi graças à política seguida pela Câmara Municipal no que diz respeito ao apoio dos clubes, e bem assim graças a um técnico que tem lá, de primeira qualidade, e que está em Oliveira do Hospital, porque se estivesse em Lisboa ou no Porto seria técnico de um grande clube”.-----

----- **5.10 – MARCHAS POPULARES/2010** -----

**D.A.G.F./Proc.53/4/DOC.9**

-----A Vereadora Graça Silva referiu-se à 5ª edição do Concurso das Marchas Populares/2010, que se realizou no passado dia 27 de Junho, no Parque do Mandanelho, dando conta que este ano o evento contou com a presença de sete Marchas Infantis, a saber, Centro Social e Paroquial de Seixo da Beira, Agrupamento de Escolas da Cordinha, Agrupamento de Escolas do Vale do Alva, EB1 de Santa Ovaia, Agrupamento de Escolas de Lagares da Beira, EB1 de Lourosa em representação da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Junta de Freguesia de Lourosa, Obra D.<sup>a</sup> Josefina da Fonseca, e nove Marchas Seniores, a saber, Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô, Associação Cultural e Recreativa de Lagares da Beira, Obra D. Josefina da Fonseca, Liga de Melhoramentos, Desporto e Cultura de Aldeia de Nogueira, Fábrica da Igreja de Nogueira do Cravo/Grupo de Jovens "Reflexos de Cristo", Junta de Freguesia de Meruge, Associação Desportiva de Gramaços, Rancho Folclórico e Cultural de Lagares da Beira, Sociedade Recreio e Cultura dos Povos de Galizes e Vendas de Galizes. -----

-----Deu igualmente conhecimento que das Marchas a concurso os resultados foram os seguintes: -----

-----**1.º Classificado** – Sociedade de Recreio e Cultura dos Povos de Galizes e Vendas de Galizes; -----

-----**2.º Classificado** – Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô; -----

-----**3.º Classificado** – Obra D. Josefina da Fonseca. -----

-----**Em face do exposto, propôs à Câmara Municipal a atribuição dos prémios constantes do mapa que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, às entidades que participaram no desfile/ concurso das Marchas Populares/ 2010, tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.** -----

----- **5.11 – FÉRIAS ARQUEOLÓGICAS/2010** -----

-----A Vereadora Graça Silva deu ainda conhecimento ao executivo que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, conjuntamente com a Junta de Freguesia de Bobadela e o GAPAOH, está a organizar a iniciativa - Férias Arqueológicas, actividade que decorrerá na freguesia de Bobadela de 12 de Julho a 17 de Setembro do ano em curso. Mais referiu que as inscrições encontram-se abertas até ao dia 8 de Julho, podendo inscrever-se todas as pessoas interessadas com mais de 9 anos de idade, quer sejam residentes no concelho, quer sejam residentes fora do concelho, dando conta que até ao momento já se encontram inscritos cerca de 80 participantes. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

----- **5.12 – ACÇÃO SOCIAL - INFORMAÇÃO** -----

-----O Vereador José Francisco Rolo deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença em duas reuniões no âmbito da Acção Social, que tiveram lugar no passado dia 30 de Junho, nos Paços do Município de Oliveira do Hospital, dando conta que no período da manhã reuniu a Plataforma Supraconcelhia da Acção Social, que envolve o Pinhal Interior Norte e o Baixo Mondego, a qual foi organizada pelo Centro Distrital da Segurança Social, salientando que o principal tema foi sobre a certificação dos serviços das IPSS's, um processo que pretendemos que seja desencadeado a breve prazo. Disse igualmente que durante o período da tarde reuniu o Conselho Local de Acção Social, e que, entre outros assuntos, esteve em apreciação a aprovação do Plano de Desenvolvimento Social para o ano de 2010. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

----- **5.13 - RECTIFICAÇÃO À ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 25 DE MAIO DE 2010** -----

D.A.G.F

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, rectificar a acta da reunião camarária de 25 de Maio de 2010, no sentido de esclarecer que o valor total do subsídio**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

atribuído à Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital é de 17.000,00 € (Dezassete mil euros) e não de 17.620,00 € (Dezassete mil, seiscentos e vinte euros) como se refere na mesma. -----

----- APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- CONCLUSÃO DA ACTA -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas treze horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 6 de Julho de 2010 -----

Presidente \_\_\_\_\_

Vereadores \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_





**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 6 DE JULHO  
DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**